



## EMENDA AO PL nº 733/2025

Dispõe sobre o Sistema Portuário Brasileiro, regula a exploração dos portos, as atividades de operação portuária, o trabalho portuário e dá outras providências.

Suprima-se o parágrafo único do Art. 98 do Projeto de Lei nº 733/2025.

### JUSTIFICATIVA

A supressão do parágrafo único, que determina a compatibilidade do plano diretor municipal com o plano de desenvolvimento e zoneamento do porto público e com a área autorizada do porto privado, revela clara inconstitucionalidade frente aos arts. 182 e 183 da Constituição Federal. Esses dispositivos asseguram o direito dos Municípios à gestão autônoma do planejamento urbano, por meio do seu plano diretor, instrumento essencial para a ordenação e o desenvolvimento local de forma abrangente, sem subordinação a interesses setoriais específicos.

Ao impor que o planejamento municipal se adeque ao plano portuário, o referido parágrafo único transforma o plano diretor em um dispositivo acessório, subordinado a interesses exclusivamente ligados à atividade portuária. Essa imposição provoca uma desterritorialização da competência municipal, restringindo o poder de legislar sobre o uso do solo e de planejar o desenvolvimento urbano em sua plenitude. Essa limitação interfere diretamente na autonomia dos Municípios, que devem ser livres para articular e conciliar seus objetivos de desenvolvimento urbano de acordo com as peculiaridades e demandas locais.

Assim, a manutenção do dispositivo afronta os princípios constitucionais da autonomia municipal e do planejamento urbano integral, previstos nos arts. 182 e 183 da CF/88, ao vincular o plano diretor a um único setor, em detrimento de uma visão ampla e plural de políticas urbanas. Essa subordinação inviabiliza a aplicação plena da política urbana, restringindo os instrumentos de gestão do espaço e comprometendo a eficácia do ordenamento territorial.

Diante do exposto, a supressão do parágrafo único é medida necessária para preservar a autonomia e o caráter amplo do planejamento municipal, garantindo que o plano diretor continue a refletir os interesses e prioridades da coletividade, conforme estabelecido pela Constituição Federal.

Apresentação: 08/08/2025 11:45:17.650 - PL073325  
EMC 70/2025 PL073325 => PL 733/2025  
EMC n.70/2025

\* C D 2 5 1 3 0 4 2 6 3 3 0 0 \*





CÂMARA DOS DEPUTADOS  
DEPUTADO HELDER SALOMÃO – PT/ES

Sala da Comissão, de de 2025

Deputado **HELDER SALOMÃO**

Apresentação: 08/08/2025 11:45:17.650 - PL073325  
EMC 70/2025 PL073325 => PL 733/2025

EMC n.70/2025



Câmara dos Deputados – Anexo III Gabinete 573 – Praça dos Três Poderes- Brasília –DF CEP 70160-900  
**Tel:** (61) 3215-5573 **Fax:** (61) 3215-2573 **E-mail:** dep.heldersalomao@camara.leg.br

Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD251304263300>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Helder Salomão

